

REPORTAGEM: Quilombola - Os direitos negados de um povo

AUTORIA: Silvia Bessa/ Diário de Pernambuco/ Brasil

“Quilombola - os direitos negados de um povo”

Na escala da exclusão no Brasil, os quilombolas ocupam o primeiro lugar. São dois milhões de pessoas, espalhadas por cerca de três mil comunidades. Uma população remanescente do passado escravista brasileiro, que ainda se ressentem do fato de a Abolição ter ficado incompleta: livres desde o século 19, mas, como diz um poeta, com uma liberdade que veio "sem asas e sem pão". Para contar a história deles percorremos seis estados do Nordeste e dezenas de comunidades e entrevistamos especialistas e autoridades. O resultado é uma reportagem que mostra como e por que brasileiros de hoje sofrem com uma dívida do passado.

Silvia Bessa (Reportagem)

Hélder Tavares (Fotos)

Pobreza é novo cativo

Rosalena da Conceição, em sua casa, no interior da Paraíba, 120 anos depois da Abolição: livre, mas sem direitos

Mulher sábia, dona Rosalena respirou em dois tempos. Por uma nesga da porta, olhou enviesado. Resistiu a conversar sobre a vida na comunidade rural quilombola Lagoa Rasa, em Catolé do Rocha, Alto Sertão da Paraíba. Quando recobrou a disposição, principiou: "De liberdade não sei falar, não. Só de pobreza. A gente é cativo da pobreza". A voz transpirava indignação. "O povo é livre para andar. No resto, depende dos outros para tudo. Pobre - elevou a voz como se usasse um marcador de texto - só sabe sofrer". Estava certa a velha senhora de 84 anos. O cotidiano dos descendentes de escravos, chamados de quilombolas, é uma denúncia da abandono secular. Um flagrante de agressão à Declaração Universal de Direitos Humanos.

O cotidiano deles revela a ausência de políticas públicas acumulada após a promulgação da Lei Áurea, que extinguiu a escravidão no Brasil há 120 anos. Fora das senzalas, faltam saúde, água, saneamento básico, educação de qualidade, terra para plantar, renda e respeito da sociedade e dos governos. O que lhes mantém é a disposição para resistir, diz dona Rosalena da Conceição: "A gente é forte e batalhadeiro".

Existem cerca de 2 milhões de quilombolas no Brasil em 3 mil comunidades. 1.289 são reconhecidas pelo Governo Federal; 50% no Nordeste. A viagem de 5 mil quilômetros por seis estados da região (PE, AL, PB, RN, CE, PI) realizada para essa reportagem escancara o extremo da exclusão social. Os

quilombolas respiram sob condição muito pior que a maioria da população do país. Pior que os nordestinos e os sertanejos. Que os camponeses pobres da região, mostram as estatísticas da sobrevivência. Mas pouco se fala desses cidadãos.

As páginas a seguir procuram a impressão digital desses brasileiros. Fogem do retrato do quilombo como uma "manifestação exótica ou do passado", como define o antropólogo Maurício Arruti (RJ). Mostram a precariedade da rotina de gente como dona Rosalina, Diego, Andreino e Ana, que está entre o ontem e o hoje.

Este caderno especial é um alerta. Ou se presta a esse papel. A equipe se embrenhou pela terra pedregosa e distante dos sertões para fazer uma completa investigação jornalística. Aborda o quadro social, econômico, político e cultural desse povo esquecido. Procura sair do lugar comum. Aqui, a cultura e a religiosidade dividem espaço com temas nem sempre abordados em profundidade.

A reportagem se debruça sobre a má alimentação, os esgotos a céu aberto, as dificuldades do aprendizado e a falta de terra própria para plantar e progredir. O trabalho discute a acessibilidade aos serviços (muitos quilombos estão em locais de difícil acesso), o racismo e o preconceito duplicados: essa população sofre por ser negra e quilombola.

O trabalho se atém a um enfoque étnico raro. Os quilombolas, a exemplo dos índios, merecem também da imprensa tratamento compensatório por quase 400 anos de opressão escravista e pelos últimos 120 anos de escanteamento. Entende-se que é necessário ir além da disputa fundiária entre fazendeiros e quilombolas - luta intensa. Por trás dela, há uma legião de injustiçados, à margem do desenvolvimento. Ao estilo de dona Rosalina, o trajeto da reportagem foi pensado. Contou com a ajuda de antropólogos e pesquisadores de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Foi percorrido antes de entrevistas com autoridades, a exemplo do ministro Edson Santos, da Igualdade Racial. Priorizamos o Sertão nordestino - abatido pela seca e miséria.

Dentre as comunidades visitadas, uma possui um valor simbólico: a da Serra da Barriga, hoje no estado de Alagoas e até o final do século 16 pertencente a Pernambuco. Situada no município de União dos Palmares, onde a equipe esteve em 21 de novembro (Dia da Consciência Negra), a Serra é um marco para os negros. Lá, o líder Zumbi lutou contra a exclusão e a escravidão e ousou sonhar com a liberdade e a igualdade de direitos. Algo que dona Rosalena deseja para os netos e bisnetos. E pelas quais Francisca Maria da Silva - a Bidia, sua filha - luta todos os dias há mais de 20 anos, muito antes de os quilombolas ganharem essa denominação. "Espero que, enfim, a gente tenha liberdade de verdade, com condições de moradia, trabalho e alimentação digna para todo mundo". A nós resta dizer 'Oxalá'.

Quilombola, a origem

Remanescentes de escravos, os quilombolas formaram-se a partir de processos diversos e não apenas de fugas e ocupações de terras isoladas e livres. Também denominados de mocambos, os quilombos podem ter sido constituídos a partir de recebimento de herança, de doações e recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao estado. Ou de compra de terras durante e após o regime escravocrata. São grupos étnicos com trajetória, relação territorial específica e ancestralidade negra. Têm ligação com a resistência à opressão histórica. Os quilombolas guardam um patrimônio cultural e histórico da origem afro-brasileira. Existem cerca de 2 milhões no país.

Maioria no Nordeste

Cerca de 50% das 3 mil comunidades quilombolas existentes no Brasil estão no Nordeste. Das 1.289 já reconhecidas pelo governo, 598 se situam na região. Os escravos e seus descendentes contribuíram muito para a expansão da raça negra aqui: a entrada dos negros seguiu os ciclos de tráfico escravista e de expansão econômica da região durante os períodos Colonial e Imperial. Não por acaso, o Nordeste é a região com maior contingente populacional de autodeclarados pretos - atinge 7,7% da população, ao passo que a média nacional é de 6,2%. Mais antiga área de povoamento do país, o Nordeste tem a segunda maior população no Brasil (com 51,5 milhões de pessoas).

Abolição incompleta

Foi em 13 de maio de 1888 que a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea. Ela pôs fim ao período escravista e foi revolucionária também ao negar aos proprietários o direito à indenização. A escravidão teve início no Brasil com o início da colonização portuguesa (no século 16) e durou cerca de 400 anos (final do Século 19). Para o movimento negro, a princesa Isabel, filha de Dom Pedro II, foi vencida pela luta dos abolicionistas e negros. Por isso, a história deve mais ao líder escravo Zumbi dos Palmares.

Estados visitados

Pernambuco
Alagoas
Paraíba
Rio Grande do Norte
Piauí
Ceará

Comunidades visitadas

Serrote, em Stª Maria da
Boa Vista (PE)

Conceição das Crioulas, Salgueiro (PE)
Cupira, Stª Maria da Boa Vista (PE)
Serra da Barriga, União dos Palmares (AL)
Barreiros, Coremas (PB)
Lagoa Rasa, Catolé do Rocha (PB)
Baixão, Betânia do Piauí (PI)
Alto Alegre, Horizonte (CE)
Base, Pacajus (CE)
Jatobá, Patu (RN)
Boa Vista dos Negros, Parelhas (RN)

Liberdade veio "sem asas e sem pão"

Isoladas em terras da zona rural, comunidades quilombolas levam vida sem direito à água, comida, energia elétrica e saneamento básico

As imagens desérticas do trajeto que leva à maioria das comunidades rurais quilombolas provocam um silêncio estrangulador. A sensação de isolamento atordoia e nos remonta ao século 16. Nos alpendres das casas mal-acabadas ou feitas de barro, os quilombolas anseiam por condições de vida mais digna. E por uma inclusão social devida desde a promulgação da Lei Áurea. Os negros foram libertos e ficaram à própria sorte - sem educação, moradia, condições de trabalho ou de adaptação ao novo mundo. Passados 120 anos, as condições de vida de seis netos de seu Afonso Henrique Nogueira, de 68 anos, condensam um estado generalizado de precariedade.

A contundência do caótico quadro social quilombola é corroborada por um estudo coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome que afirma: A maioria de 57% faz parte da classe E (até R\$ 768,00 de renda familiar), é analfabeta (47% para os chefes de famílias), não tem esgotamento sanitário (45%) e a taxa de desnutrição chega a 15%. Os menores de 5 anos "constituem um grupo de altos risco", afirma o relatório, divulgado em 2007.

Todos menores de 10 anos, Iraídes, Gilson, Expedito, Pedro, Rita e José moram numa casa de taipa, sem energia elétrica e saneamento básico. Consomem água sem tratamento. Comem mal ou passam fome. As lágrimas rolam em ritmo acelerado quando um pacote de salgadinho Elma Chips não é suficiente para dividir para toda a criançada. "É muito ruim quando não aparece merenda da escola. Tem vez que falta 15 dias", lamenta o avô, trabalhador rural esforçado que religiosamente vai à lida todos os dias, no entorno de Juazeiro Grande, comunidade distante 18 quilômetros da cidade de Mirandiba (PE) - Sertão de Pernambuco, situada a 423 quilômetros do Recife. Quando a saúde de um deles está debilitada, a avó - rezadeira conhecida como dona Santinha - faz chás ou rezas para curar os netos ou os vizinhos.

Seu Afonso, a mulher e os rebentos podem cobrar a efetivação de inúmeros artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em dezembro de 1948. A sobrevida da

família Nogueira infringe em particular o Artº 25 da Declaração: "Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários". Esses direitos seu Afonso não tem.

Na prática, hoje o cotidiano de cerca de 2 milhões brasileiros quilombolas do país - cerca de 900 mil crianças - é de uma "liberdade sem asas e fome sem pão", parafraseando o poeta gaúcho Oliveira Silveira ao falar sobre a situação dos negros no Brasil. Os quilombolas, ressalte-se, representam muito mais que filhos, netos e bisnetos de fugitivos das senzalas. O conceito antropológico moderno enfatiza a identidade e território dos remanescentes de quilombolas. São considerados quilombolas descendentes de escravos que compraram, ganharam ou se apossaram de terras após a abolição. Ou que se reconhecem assim. Eles não são necessariamente negros, como considera a imaginação popular. Ao longo do tempo houve uma miscigenação racial natural - entre negros, índios e brancos.

Pretos ou pardos, os quilombolas compõem uma legião de brasileiros invisíveis. Começam a se organizar, mas o isolamento social no qual vivem muito se parece com o das estradas que levam às comunidades onde moram.

Superar "invisibilidade" é desafio para quilombolas

O grau de vulnerabilidade das crianças quilombolas está acima das médias brasileira, nordestina e sertaneja. Aqui, os problemas sócio-econômicos se somam às desigualdades regionais. "É dramática a condição dos meninos e meninas que moram em particular nas comunidades da zona rural do Nordeste". Quem diz é Helena Oliveira, oficial de Programas em Direitos e Proteção da Criança do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Criança), que atua na sede na instituição em Brasília a partir do panorama da realidade brasileira. "O que mais me choca é a invisibilidade dessas crianças", afirma.

Helena compara os quilombolas com os indígenas e aponta desvantagem no tratamento oferecido aos negros descendentes de escravos. "Percebe-se que, para a sociedade e para a mídia, a questão indígena já faz parte do dia-a-dia", analisa. A situação dos índios, reconhece, também é muito difícil. "Mas pelo menos não causa estranhamento", comenta. "Com os quilombolas, não acontece isso. Muitos pensam que sequer existe quilombos. A pensarque não existe quilombo, que dirá crianças nessas comunidades".

O avanço no sucesso de políticas públicas que reverta o quadro dos quilombolas, avalia a especialista do Unicef, vai "depende de quanto a gente se reconhece racista". Para ela, não é possível curar uma ferida até que a revele. "A gente precisa ver, desvendar e alimentar a ferida", cobra, acrescentando um alerta: "Se ela continuar escondida, não vai resolver o problema. Se a discussão não for aberta, os quilombolas continuarão sentindo na rotina diária o impacto negativo da exclusão."

O Unicef é uma referência no quesito crianças e adolescentes do semi-árido brasileiro - a maior parte situada no NE e onde estão os piores indicadores sócio-econômicos do país. O Fundo definiu o semi-árido como prioridade porque nele 70% das 13 milhões de crianças e adolescentes da região vivem na pobreza.

Vidas em risco já na infância

Com pobreza e fome nas comunidades, a desnutrição infantil dos quilombolas é quase o dobro da brasileira

Se Diego vivesse em 1600, talvez estivesse nas fileiras do exército revolucionário do líder Zumbi dos Palmares. Ao ver a equipe de reportagem chegar à sua casa, ele encarou as lentes da câmera fotográfica com ar de reprovação e disposição para o enfrentamento.

Via-se sem camiseta e sem chinelos. Isso o inquietava. Incomodado, escondeu-se sob a penumbra. Atrás da porta. Do sofá. Farto da insistência alheia, marcou carreira e voou até o pequeno quarto da sua casa modesta, na comunidade quilombola de Alto Alegre (CE). Vestiu-se. Estava pronto para aboletar-se ao lado da mãe, protegendo-a com o olhar. Parecia criticá-la pelas confidências. Diego, que tem 5 anos, acompanhou a narração sobre a via crucis enfrentada pela irmã mais nova, Laura, de cinco meses. Em outubro foi socorrida às pressas para um hospital do centro de Horizonte, cidade distante 42 quilômetros de Fortaleza (CE). "2008 seria o ano da morte do anjinho da família", pensava dona Lucimar da Silva. Quase morreu de inanição. Tinha dois meses de nascida e pesava três quilos.

A mãe de Laura e de Diego (menino que ilustra a capa deste caderno) evita falar de fome. Diz que a menina foi acometida por uma doença desconhecida. "A fome envergonha", afirma Tereza de Jesus da Silva, agente da comunidade quilombola de Alto Alegre e representante do Unicef no local. "Nem quero lembrar de como essa menina estava. Era só pele", conta. Conhecida como "Ana" na localidade, Tereza não tem dúvidas de que a má-alimentação que debilitou a saúde da menina ameaça Diego. O corpo dele tenta superar sintomas da pobreza. Quando bebê, teve convulsões e problemas no coração. Pesa 14 quilos, o mínimo para um garoto de cinco anos saudável. Se perder algumas gramas, será considerado desnutrido. Come melancia desde o momento que abre o olho. E só melancia. Lucimar garante que é a preferência dele.

"Entrego meu filho a Deus", desabafa. O marido trabalha numa padaria e recebe R\$ 152 por mês. Com esse dinheiro, sustenta os cinco filhos. Acaba de conseguir o emprego. Cada um luta a sua forma para sair da condição de vítima de um descaso secular.

A pobreza e a fome estão espalhadas pelos quintais. Comprometem a saúde dos quilombolas e preocupa quem delas tentam desviar-se. Seu Mamédeo dos Santos sofre com a falta de condições para matar a fome dos filhos, em Baixão, Belém do Piauí, a 383 quilômetros de Terezina. "Tem dia que choro depois de ver os meus dez filhos dormir", conta. Está longe de ser

atendido pelo artº 5 da Declaração dos Direitos Humanos - no qual está escrito que ninguém será submetido a tratamento degradantes.

"Essa população continua experimentando uma noção de liberdade marcada pela precariedade", afirma o historiador e doutor em antropologia José Maurício Arruti. Autor do livro Mocambo: história e antropologia do processo de formação quilombola (Ed. Edusc) e presidente da Ong Koinonia (RJ), Arruti afirma que essa observação "é fundamental para entender a importância e a força dessas políticas afirmativas hoje voltadas para os remanescentes de quilombos". Para o antropólogo, que falou ao Diário do Rio de Janeiro, a solução para mudar a situação de pobreza e de desigualdade enfrentada por brasileiros como Diego, Laura e seu Mamédeo, acredita o estudioso, é produzir políticas diferenciadas para os quilombolas.

As crianças mais desnutridas do país

A desnutrição das crianças quilombolas no país chega a 15,6%. Ou seja, 15 de cada cem crianças da classe E quilombola passam fome ou não têm na mesa a comida adequada para lhes tornar saudáveis. O quadro dos quilombolas menores de cinco anos é tão grave que se iguala às crianças do Nordeste urbano de 1996. É como se as crianças quilombolas estivessem uma década atrás na questão da saúde, com relação à média do Brasil.

O melhor parâmetro está no índice da "desnutrição crônica", que compara o déficit entre altura e idade. Entre os quilombolas, a "desnutrição crônica" média é de 11,6%, apontam os números da Chamada Quilombola Nutricional, promovida em 2006. A taxa brasileira atual é de 7% entre menores de cinco anos, informa estudo do Ministério da Saúde. Em 1996, o percentual do Brasil era de 13% . O aceitável pela Organização Mundial da Saúde limita-se a 3%, correspondente às crianças geneticamente pequenas.

Os quilombolas, com 11,6%, estão muito aquém do "aceitável", revela a Chamada Quilombola, após pesquisa junto a 60 comunidades em 22 estados do Brasil. Eles passam fome e continuam querendo "chegar em algum destino", como diz o recifense Solano Trindade em seu poema "Tem gente com fome" (Livro Cantares do meu povo, ed. Brasiliense).

Mais conhecido poeta da resistência negra, Solano (que faria em 2008 cem anos), lamentaria se vivo fosse o índice de desnutrição "aguda", medidor da relação entre peso e altura, das crianças quilombolas. Os da classe E (que formam a maioria) atinge 2,6%. No Brasil, a "aguda" está em 1,6%, diz a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS), do Ministério da Saúde, de julho em 2008.

A saúde dos idosos quilombolas de comunidades rurais também é muito ruim. Distantes dos centros urbanos, eles encontram dificuldade para tratamentos regulares e sofrem sobretudo com hipertensão. O organismo do negro permite uma absorção maior de sal, o que é agravado com a alimentação. Nos sertões, o consumo da carne de charque acentua a doença.

Ventre Livre

A Lei do Ventre Livre libertou os negros nascidos nas senzalas, mas agravou o estado de saúde de muitos descendentes de escravos. A alimentação das crianças piorou, e elas passaram a ser castigadas com mais rigor. Deixaram de receber dos senhores cuidados como "peças de valor financeiro" e de serem vistas como "investimento". A Lei do Ventre Livre, assinada pelo Visconde de Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos), estabelecia que todos os filhos de escravos que nascessem a partir de 28 setembro de 1871 estariam livres.

Território livre. Para as doenças

Falta de saneamento básico provoca enfermidades que atingem crianças como João Carlos (acima), da Serra da Barriga (AL)

Nas residências quilombolas, os mocambos do século 21, instalação sanitária é expressão estrangeira. "Faz até graça. Aqui tem isso não", responde seu José Teixeira (40 anos), de Cupira, comunidade localizada em Santa Maria da Boa Vista (PE) e reconhecida pela Fundação Palmares em agosto deste ano como terra de quilombo. Quem tem banheiro nesse Nordeste rural e desconhecido, vive no luxo.

A caatinga é um cômodo à parte na maioria das residências dos descendentes de escravos. Durante o dia, é comum ver crianças - agora negras e mestiças - se misturarem ao barro e beber água de açudes ou cacimbões, sem qualquer tratamento. Assim acontece nos estados de Pernambuco, Bahia, Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba e em todo o país. Até mesmo em comunidades históricas como a Serra da Barriga (União dos Palmares, AL), berço do movimento liderado por Zumbi e antigo território pernambucano onde entre 1597 e 1694 se instalou o maior quilombo do Brasil.

A família do menino João Carlos, de um ano, procura até hoje um cantinho damata para suas necessidades fisiológicas no alto da Serra da Barriga. Em novembro de 2008. Não interessa a Adriana Basílio, ao filho João Carlos e à filha Ana Paula se é 20 de novembro, data na qual se festeja o Dia da Consciência Negra. Há mais de 300 anos era igual para milhares de pessoas - 10, 20 ou 30 mil, cogitam historiadores - do alto da Serra. O esgotamento sanitário nas residências de lá permanece inexistente, diferente da maioria das residências do país (95% do Brasil têm saneamento básico).

Para quase metade da população quilombola, o quadro se reproduz. Muitos não têm água encanada (43,8%) ou esgoto (45,9%), revela estudo coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento. Deixam seus excrementos a céu aberto. E abrem caminho para as doenças da miséria, como as verminoses, a diarreia freqüente e as doenças transmissíveis por mosquitos. Um bom exemplo da ausência de saneamento básico entre os quilombolas: a comunidade de Buenos Aires, a 18 quilômetros do município de Custódia (Sertão de Pernambuco). Lá, somente entre 20 e 30 casas das 252 famílias residentes têm banheiro. Quase 90% das residências usam a mata. Os dejetos descem as barreiras, caem nos reservatórios. A água é consumida por homens

e bichos. "Conclusão: doenças de pele e intestinais não faltam", diz Yolanda do Amaral, liderança do Sertão do Moxotó do estado.

"A Constituição Federal", frisa a doutora em sociologia Vânia Fialho (UFPE - UPE), "garante o respeito às diferenças. Não às desigualdades". Por isso, diz a especialista em comunidades tradicionais brasileiras, faz-se necessário pensar de forma ampla e não desmerecer as políticas relacionadas à saúde e educação. Vânia é uma das maiores referências em quilombolas de Pernambuco e, assim como a maioria dos estudiosos do tema, acredita que a qualidade dos serviços essenciais para a população negra remanescente de quilombolas depende da propriedade territorial.

Sem o básico

"Quilombo" significa habitação ou acampamento na língua bantu, da África Central e Centro-Occidental. Durante os tempos do Império Ultramarino Português a legislação definia quilombo como lugares onde se escondiam dois ou mais escravos fugidos. As terras herdadas ou tomadas pelos descendentes de escravos eram chamadas de "Terras de Preto" e "Terras de Santo". Historiadores concluem que os quilombolas tiveram o acesso à terra comprometido com a exploração por parte de pequenos e grandes fazendeiros. A regularização fundiária seria o único meio para resolver questões básicas, como o saneamento.

Tipo de esgoto

Quilombolas Brasil

Rede pública 3,2%, 44,6%
Fossa séptica 28,9%, 14,8%
Fossa Rudimentar 21,4%, 25,0%
Vala/Céu Aberto 45,9%, 11,7%

Fonte: DataSus-2000/Chamada Quilombola-2007

Entrevista // Edson Santos, Ministro da Igualdade Racial

"Melhoria depende de acesso à terra"

Ministro da Igualdade Racial, Édson Santos assumiu o cargo em fevereiro. Ex-vereador do Rio de Janeiro, teve como principal escola a Associação dos Moradores da Cidade de Deus (RJ), núcleo que presidiu. Antes de ser ministro, exercia o mandato de deputado federal (PT-RJ). Nessa entrevista, concedida de Brasília, ele divide responsabilidades e fala como a sensibilidade do Judiciário pode ajudar os quilombolas.

Este ano marca 120 anos da abolição. Parte do movimento negro diz que foi uma falsa abolição. O Sr. concorda?

Acho que a crítica ao processo abolicionista se deve ao fato de ele não vir acompanhado de medidas de inserção de negros, com relação à questões da terra e da educação. Na prática, o negro foi liberto da senzala, mas ficou preso à miséria. Essa é a razão da crítica. Agora se busca a reparação no Brasil.

O senhor disse que retomaria a dignidade dos quilombolas. O que isso significa?

Significa o acesso à terra, à titulação das comunidades e à chegada de serviços na área de saúde, educação, geração de renda, saneamento e habitação que implique na vida dos quilombolas. Esse é nosso objetivo, buscando um resgate de uma dívida histórica.

Quais são os entraves para que eles tenham ascensão social?

Primeiro, precisamos equacionar todas as resistências quanto à titulação da comunidade. Tem uma ação judicial declarando inconstitucional o decreto que nos permite atuar junto a essas comunidades. Nós entendemos que o Artigo nº 68 das disposições transitórias não exige uma lei o regulamentando. O governo regulamentou o Decreto nº 4887 que trata exatamente da regulamentação da titulação das comunidades quilombolas e do oferecimento de serviços a elas. A gente precisa superar isso no Supremo Tribunal Federal. Superado isso, teremos condições de dar mais celeridade ao processo de titulação dos remanescentes de quilombos. Existe uma resistência do setor de produtores rurais que, temerosos de ver seus interesses atingidos, desenvolvem todo um trabalho no sentido de resistir ao processo de titulação. Temos dialogado com eles.

Esperar arbitrar esse conflito não é tempo demais e um risco muito grande para quem está em situação de vulnerabilidade?

Não é uma questão de esperar arbitrar. A questão está na Justiça. No Supremo Tribunal Federal. Nós estamos trabalhando para superar e estamos trabalhando para garantir a alta aplicabilidade do Artigo nº 68 das disposições transitória.

Então, seria o caso de a Justiça tratar a questão quilombola de forma diferenciada para dar maior celeridade?

É. Mas isso depende da sensibilidade do Poder Judiciário. Mas aí, você sabe, o Judiciário tem seu tempo e a gente tem de respeitar...

Ruim e longe de casa

Alunos enfrentam obstáculos para ter acesso à educação; raras comunidades quilombolas têm o ensino fundamental completo

Nove léguas de água separam os quilombolas de Barreiros (em Coremas, Alto Sertão da Paraíba) dos serviços básicos essenciais para o desenvolvimento de qualquer cidadão brasileiro. São 54 quilômetros do maior açude do estado. Em Barreiros, uma mãe, como Adrejane de Lacerda, prestes a dar à luz, precisa contar com os serviços de barqueiros para ir ao hospital na cidade. Ou com a gentileza de seu José Jorge, o Zé Pequeno, guardião da comunidade que estica o dia e acorda na madrugada para transportar "de graça" - dizem os vizinhos - qualquer um que esteja "com urgência".

Para as crianças e adolescentes do lugar, essa é também a rotina de estudos. Correm riscos diários na travessia do açude, com 20 metros de profundidade. A resistência de Josi, Severino, Cícero, Maria, Antônia, Adriano, crianças e adolescentes de Coremas, está em driblar o difícil caminho até a escola. Outros 50 estudantes da comunidade de Buenos Aires (Custódia, PE) passam por desafios do mesmo tamanho, quando em dias de chuva têm de desatolar o carro que faz o transporte escolar. Em Buenos Aires, o acesso à escola, a 18 quilômetros do centro da cidade, é um dos tantos obstáculos a que os quilombolas são submetidos para estudar.

Até o Ministério da Educação reconhece, no relatório "Quilombo - Espaço de Resistência", que as unidades educacionais quilombolas "estão longe das residências dos alunos e as condições de estruturas são precárias". A exemplo de Barreiros e de Buenos Aires. Admite igualmente a "escassez de água potável e das instalações sanitárias inadequadas" nas escolas. O próprio ministério ainda sintetiza o que se vê em visita às comunidades: o número de professores é insuficiente para atender à demanda; outros tantos professores não são capacitados.

São raras as unidades educacionais quilombolas que possuem ensino fundamental completo. Em muitas, o professor conduz aulas para turmas multiseriadas. Uma criança da alfabetização (ou 1º ano) fica no mesmo espaço que outras do 1º e 2º anos do ensino fundamental. O sistema multiseriado, que prejudica o desempenho da criança, funciona em comunidades como Conceição das Crioulas (em Salgueiro, PE), Buenos Aires e Serra do Talhado (Mirandiba, PE). Em Matões dos Moreiras, a 48 quilômetros de Codó (MA), as crianças estudam num salão construído pela própria comunidade. As paredes são de tijolos e o teto, de palha de babaçu. Também lá as salas são multiseriadas.

De acordo com o censo escolar de 2007 do Ministério da Educação, existem 1.253 escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos no país. Cerca de 75% estão no Nordeste, região que também concentra a maior quantidade de comunidades. Bahia e Maranhão lideram o ranking de matrículas, alunos e escolas quilombolas. Pernambuco ainda está muito abaixo do necessário: o Censo de 2007 mostra que existem apenas 46 escolas em comunidades quilombolas. No estado são cerca de 100 comunidades

catalogadas. Não há estatísticas no Brasil de quantas escolas colocaram em prática a Lei nº 10.639, de 2003, que tornou obrigatório o ensino da História afro-brasileira no ensino fundamental da rede pública e privada.

Investimento muito aquém do previsto

Houve avanço da legislação brasileira e no tratamento oferecido aos quilombolas, mas a situação está longe da ideal. O governo Lula tem um programa específico para essas comunidades, o Brasil Quilombola, mas em 2008 apenas 3,6% do orçamento previsto chegou a ser executado. Foram R\$ 2,6 milhões da dotação inicial, de R\$ 71,6 milhões, conforme consulta ao Siafi (Sistema Financeira do governo federal) em novembro. Grande parte corresponde à demarcação e titulação de áreas remanescentes de quilombos.

Entre 2004 e 2007, R\$ 139 milhões "deixaram de ser aplicados nas ações que compõem os três programas orçamentários estruturantes da política de promoção dos direitos das comunidades quilombolas e dos afrodescendentes em geral". A afirmação compõe a nota técnica Orçamento quilombola: entre o previsto e o gasto, lançada pelo Instituto de Estudos Socio-Econômicos (RJ) em março deste ano. Falta vontade política e organização para viabilizar a aplicação dos recursos, diz o antropólogo e técnico do Instituto Ricardo Verdum.

O sub-secretário de Comunidades Tradicionais da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (Seppir) do Governo Federal, Alexandre Reis, contesta. Diz que os dados do Siafi "não estão atualizados" e que está enviando uma correção para o Sistema. "Não há contingenciamento", garante. Além disso, explica, os investimentos perpassam os ministérios. "Só de chamada pública são R\$ 3 milhões", afirma, listando projetos para a Educação com o apoio da Eletronorte e de habitação, através da Caixa Econômica Federal. Reis explica que é preciso ponderação quanto à análise dos R\$ 38 milhões da regularização fundiária. "A indenização só ocorre depois do processo é concluído", diz.

Reis afirma encontrar dificuldade para aplicar os recursos porque as prefeituras não desenvolvem projetos com qualificação técnica para receber repasses. E informa que o governo previu R\$ 2 bilhões para aplicar até 2011.

Educação quilombola

Grau de escolaridade do chefe da família

Quilombolas Brasil *

Sem estudo 15,8%, 10,2 %
Quarta série ou menos 47,3%, 13,5%
Quinta série ou menos 24,9%, 30,8%
Ensino médio 11,0%, 16,5%

Grau de escolaridade da mãe

Sem estudo 7,3%
Quarta série ou menos 43,8%
Quinta série ou menos 31,7%
Ensino médio 15,7%

Fonte: Chamada Nutricional Quilombola - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Maio de 2007)/ IBGE-2000 (* Escolaridade média após 15 anos)

A política ideal

- 1- Que fortaleça e participe da luta pela regularização dos territórios
- 2 - Que seja participativa na vida das comunidades, respeitando espaços de aprendizado, como na roça, na pescaria e nos quintais
- 3 - Que reafirme a história de resistência e de identidade étnica e o jeito próprio de ensinar
- 4 - Que os professores sejam quilombolas ou pesquisadores da história do povo
- 5 - Que seja garantida formação específica e diferenciada
- 6 - Que o conteúdo curricular seja elaborado com a ajuda da comunidade
- 7 - Que seja voltada para o desenvolvimento sustentável
- 8 - Que a gestão - incluindo a merenda, os materiais didáticos e a estrutura física - respeite cada quilombo
- 9 - Que seja dada atenção especial ao transporte escolar para os alunos
- 10 - Que seja garantida a participação dos quilombolas em espaços deliberativos e consultivos de políticas públicas que lhes interessem diretamente, conforme prevê a Convenção nº 169 da Organização internacional do Trabalho (OIT)

Fonte: Carta de princípios da Comissão de comunidades quilombolas de Pernambuco - 2008

Terra, o mais negado dos direitos

Ação do DEM, com apoio da Confederação Nacional da Agricultura, contesta no STF regularização fundiária dos quilombos

Entre quilombolas de Parelhas (RN), Patu (PB), Croatá (CE), São Luiz Gonzaga (MA) e Salgueiro (PE), acadêmicos e autoridades ministeriais, um consenso: a regularização fundiária das terras dos descendentes de escravos é ponto de partida para minimizar as enfermidades sociais que atingem esse povo. Há 20 anos, em seu Artº 68, a Constituição brasileira concedeu aos quilombolas o direito da propriedade definitiva do lugar onde moram. Mas o artigo envolve a luta pela terra, por tradição marcada por focos de tensões e revoltas.

As áreas afastadas e despovoadas, ou parte delas, foram tomadas ao longo dos últimos séculos. Antes sem valor imobiliário e onde negros, mestiços e indígenas se organizaram e constituíram família, transformaram-se em focos de conflitos permanentes. Ruralistas, governo federal e Justiça discutem a definição antropológica das comunidades, brigam pela delimitação do espaço e pela posse e são co-responsáveis no atraso de uma reparação histórica.

"A gente tinha tudo aqui. Tinha açude e lugar para plantar. Foi perdendo um pedaço num ano, outro no ano seguinte e pronto. Ficamos espremidos. Tenho lembrança do que aconteceu nesse local [aponta para além de uma cerca]: foi em 7 de dezembro de 1967. Vi os fazendeiros tentando nos humilhar. Aos berros, chamavam a gente de covarde. Esculhambavam a negrada de Conceição. Foi horrível. Lembro até hoje e ainda tenho medo de passar por aqui", conta seu Andreilino Mendes, 56 anos. Narrava um dos momentos precedentes à "expulsão" das famílias de Luiz Oliveira e João da Silva, que estariam "atrapalhando" planos dos fazendeiros fincados ao redor da vida de Conceição.

O episódio deu a seu Andreilino um impulso para lutar pelas terras de Conceição das Crioulas (42 quilômetros da sede do município de Salgueiro). Foi para São Paulo, trabalhou, trabalhou e, aos poucos, tem comprado glebas de terras dos proprietários reconhecidos como donos antes da titularização da terra quilombola. Graças às terras doadas por Andreilino, a comunidade construiu uma escola e uma creche. A luta pela terra em Conceição das Crioulas é emblemática. Pioneira no estado, está num estágio avançado - ganhou certificado em 2000, possui o título dos 18 mil hectares, só usufrui de 30% e a desapropriação tem sido protelada. "Não queremos o documento para dizer 'essa terra é nossa'. Queremos plantar, colher os frutos para comer e ter renda", diz Aparecida Mendes, líder de Conceição. "O povo está escravo dentro da sua própria terra", afirma Cida.

Pendências - As terras quilombolas representam milhões de hectares no Brasil. Os números são inconsistentes, assim como os de comunidades quilombolas e de pessoas que nelas vivem. Os 79 relatórios técnicos de identificação e delimitação já publicados pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) somam 554 mil hectares. Existem mais de 3 mil comunidades do país; apenas 105 delas têm o título de terra no Brasil. No Incra, existem cerca de 800 processos de regularização de terra abertos em quase todos os estados - à exceção do Acre, Pará e Roraima. São 1.289 comunidades reconhecidas, informa a Fundação Palmares, instituição ligada ao Ministério da Cultura e responsável pela promoção da cultura afrobrasileira. O reconhecimento é o primeiro passo legal. Depois, são feitos laudos antropológicos e relatórios técnicos até a concessão de posse da terra. A titulação e desapropriação das pessoas não-quilombolas são os últimos passos.

"O que há não é um problema cultural ou de assimilação. Existe, na verdade, posicionamento político diante das terras quilombolas. Um país que foi 400 anos escravocrata não sai disso de maneira impune", diz Zulu Araújo, presidente da Fundação Palmares, instituição responsável pela promoção da cultura afro-brasileira. "Há visões ainda nos dias de hoje escravocratas. Que

consideram os quilombolas e os negros seres de segunda categoria. Precisamos de uma sociedade igualitária", diz Zulu, uma espécie de ícone na defesa do negro no Brasil. Zulu Araújo compara os argumentos atuais da bancada ruralista no Congresso Nacional, que se opõe à forma de concessão de títulos aos quilombolas, aos argumentos utilizados pelos antiabolucionistas de 1888: "Dizia-se que a abolição iria provocar o caos, desorganizar a economia, provocar uma luta fratricida entre negros e brancos. Hoje dizem que a demarcação vai provocar uma guerra racial, desorganizar a economia no campo e trazer prejuízos à sociedade".

Os quilombolas temem um retrocesso na aquisição de direitos dos últimos 20 anos. O reconhecimento e a delimitação de terras de litígio, a exemplo da que ocorreu em Alcântara (MA) em novembro passado, ainda são raras, apesar de significativas. 62 mil hectares dos 148 mil hectares de Alcântara eram objeto de uma disputa entre quilombolas e o Centro de Lançamento de Foguetes, desde a década de 80.

Um só Deus, mas vários cultos

Sob preconceito, sincretismo religioso originado no passado ajuda quilombolas a aliviar dores do mundo e a confiar no futuro

Às seis da manhã, ela acorda e prostra-se diante da Bíblia. Abre as folhas amareladas e repete um hábito. Maria José de Barros lê, sem cansar, o mesmo salmo - o de nº 93. O texto fala da vida em comunidade, de paz, compreensão e respeito. Aos domingos, após a leitura do salmo, vai à missa. De lá, segue para a casa de mãe Neide. Faz oferendas aos orixás do Candomblé, considerados os espíritos da natureza e cultuados no Brasil desde as senzalas.

Maria comemora o Natal dos católicos e, no Dia da Consciência Negra, sobe à Serra da Barriga (União dos Palmares, Sertão de AL) para prestar homenagem ao líder da revolta antiescravista Zumbi dos Palmares. Com orgulho, enverga uma saia branca rodada e um turbante africanizado na cabeça.

"Deus é um só", lembra, no alto do "solo sagrado" de Palmares, em pleno 20 de novembro, horas após visitar a Lagoa dos Pretos. Com cheiro de história, linda, a lagoa é o lugar onde foi feita a celebração religiosa à memória de Zumbi no amanhecer daquele dia.

A religiosidade do negro quilombola reproduz a cultura deles. Engloba elementos do catolicismo e do candomblé. A grande parte é puramente católica, mas o auto-reconhecimento da situação política - fenômeno sociológico em processo de consolidação há 10 anos - vem promovendo uma aproximação com os práticas de origem afro. "Buscamos restabelecer nossos laços culturais", explica Neide Martins, mãe de santo que fala de religião, movimentos artísticos e territórios quilombolas com a mesma desenvoltura. Neide, ao lado de pais e mães de santos de Alagoas, Pernambuco e Bahia entre outros estados, tenta vencer o preconceito que existe contra o cultos afro-brasileiros. No Ceará, Francisco Coelho (46 anos), conhecido em Horizonte (CE), como Francisco de Oxum, tem conseguido. Desde sua chegada na comunidade de Alto Alegre, há quatro anos, aumentou o número de praticantes da umbanda (que homenageia

os espíritos dos índios e escravos). Coelho sabe que no Sertão a resistência é maior.

A Raiz - Preponderante, o catolicismo dos quilombolas do Sertão nordestino é visceral. Compreensível, dizem os estudiosos, porque faz parte de um processo de aceitação histórica. "Até hoje, há um preconceito muito grande. Meu filho mesmo, tem medo até hoje. E já é adulto", diz Maria, sorrindo, como se aceitasse e respeitasse.

O catolicismo é visto por toda a parte nas comunidades quilombolas - nas pequenas igrejas, no escapulário que muitos carregam, nos santos expostos em lugar nobre da sala de estar. Religiosos adentram caatinga afora, em procissão, com uma imagem do Sagrado Coração de Jesus na mão, em um dia qualquer, como o que vimos em 18 de novembro, em Lagoa Grande, Custódia (PE).

As benzedeadas são inseridas nesse mundo e estão espalhadas nos recôncavos das casas modestas. Na comunidade quilombola de Gia, em Quixadá (Sertão de PE), onde vivem cerca de 200 famílias, cinco benzedeadas gozam da confiança popular. Parte da tradição, elas próprias vêm perdendo lugar para os novos evangélicos. Entranhadas na vida dos quilombolas, benquistas como parentes próximos e experientes no uso da medicina popular das plantas, elas suprem as necessidades de uma saúde deficiente e de uma debilitada rede de proteção social. Dona Santinha (de Lagoa Grande, PE) usa pinhão roxo para olho gordo, jatobá e umburana de cheiro para gripe. Outras, adotam a folha de mamoeiro e azeite para dor de cabeça. As rezadeiras oram e usam os ensinamentos das raízes para a cura - prática também adotada por africanos. Quando não dá certo, a fé, resistente como os negros que trouxeram a base desse sincretismo religioso, resolve.

Ontem e hoje, presença no NE

No século 16 os portugueses expandiram o negócio de tráfico de escravos. O comércio fazia parte da política de colonização do Brasil. Eles traziam escravos do sudoeste e do centro da África para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar, mineração, tabaco e algodão. Calcula-se que por volta de 1580 os portugueses importavam em média 2 mil escravos por ano para as plantações do açúcar do Nordeste. Acredita-se que foi em solo pernambucano, baiano ou carioca que o primeiro escravo africano pisou em território brasileiro. Não há registro, mas os historiadores crêem ter sido um escravo doméstico que desconhecia a produção açucareira. Hoje, de acordo com mapa da Fundação Palmares, os estados do Nordeste que possuem uma maior quantidade de grupos quilombolas reconhecidos são: Bahia, Maranhão e Pernambuco. A Bahia desponta com 242, o Maranhão tem 138 e Pernambuco, 89.

Mapeamento feito por Pernambuco

As influências religiosas na vida dos quilombolas do Sertão de Pernambuco, as manifestações de música e dança, a história da formação de

cada comunidade e as influências dos brancos são estudadas no mais completo trabalho acadêmico sobre os aglomerados de remanescentes de escravos já realizado no estado. O mapeamento etnográfico faz parte do Projeto de Inclusão Social para Populações Quilombolas, da Secretaria estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, e em janeiro será disponibilizado na íntegra na página da secretaria na internet (www.sdsc.pe.gov.br). É um resgate documental que se divide em três eixos: a linha da vida, a cartografia ou o retrato da comunidade e o calendário sócio-econômico e cultural. Foi realizado por antropólogos do Centro Cultural Luiz Freire, Ong com 35 anos de atuação voltada para a promoção dos direitos humanos. Até então não havia levantamento sobre quem são essas pessoas.

O mapeamento faz conclusões que servem de chamamento, sobretudo no caso da disputa territorial: no Sertão Central do estado, segundo o relatório, é "muito forte a presença de narcotráfico e de fazendeiros ligados à elite local que ocupam os territórios quilombolas". No Sertão do São Francisco e Itaparipa, além do narcotráfico e de fazendeiros que ocupam territórios quilombolas, aponta-se empresas da indústria exportadora de frutas em terras dos remanescentes de quilombos. No Sertão do Moxotó, destaca-se as práticas "coronelistas". O resultado serviu ainda para a atualização dos cadastros do programa Bolsa-Família. Um vídeo-documentário e um livro intitulado Sertão Quilombola - a formação dos quilombos no Sertão de Pernambuco foi lançado.

De acordo com o secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Roldão Joaquim, o resgate dos valores sociais e morais dos quilombolas ultrapassa os limites do Bolsa Família. "É a cidadania das famílias quilombolas que estamos devolvendo. Temos a sensação de dever cumprido", diz.

"Os quilombos são ilhas. Precisamos reconhecer as características peculiares desse povo porque, diferentemente dos outros povos tradicionais, a base dos quilombolas é o território", analisa André Araripe, técnico e coordenador do projeto pelo Centro Luiz Freire.

A pesquisa coordenada pelo Centro Luiz Freire serviu de inspiração para esta reportagem do Diário, que resolveu ampliar a pesquisa a outros cinco estados da região. Desde 2007 o jornal investe na cobertura de assuntos ligados a quilombolas.

D. Patrocínia, e sua cultura, estão chegando

Valorização da cultura afro-brasileira está em expansão nos quilombos; antes, muitos quilombolas tinham vergonha da própria cor e hoje já promovem até concurso de "beleza negra"

O trabalho nas roças de feijão e nos pequenos açudes consome as energias. Suga as forças de um povo que vive com menos do que merecia. À noite e nos finais de semana, a diversão para os quilombolas é escassa. As celebrações fazem parte dos novenários, dos casamentos e de outras

celebrações religiosas. Para alguns, as colheitas merecem festa. As matrizes africanas estão por toda a parte e são elas que tornam a cultura quilombola tão rica. No vocabulário, na gastronomia, na música, na dança. Os sinais de uma África pulsante nas comunidades rurais revelam-se nos jovens de Parelhas (Sertão do Seridó, RN) que começam a orgulhar-se dos seus cabelos crespos e trançados. Ou no gingado cheio de graça de dona Patrocínia Marques dos Santos, de 86 anos, uma parteira tradicional que faz de tudo para entrar numa roda de batuque, na comunidade quilombola de Serrote (Santa Maria da Boa Vista, PE).

"Eu ensino para quem quiser. É muito fácil. Basta se requebrar", diz, entusiasmada, dona Patrocínia enquanto troca uns passos com seu Maximiano dos Santos (58 anos) e a menina Maísa Martins (5 anos). Em Serrote, é forte a influência dos negros escravizados. A despedida de um noivo prestes a se casar é feita em ladainha, mistura do divino com o profano. "Chora noivo, chora noivo até não querer mais/que a vida de solteiro você não vai ter mais", diz um trecho, acompanhado pela batida dos pés, como uma roda de coco. A união - muitas vezes feita entre parentes - precisa ser abençoada por uma senhorinha de 97 anos que cuida do quadro amarelado com a imagem de Dom Jesus da Lapa. Segundo contam, dona Etelvina dos Santos recebeu a missão de herdeiros e preserva a imagem que passa de mão em mão há mais de 200 anos.

A cultura afro-brasileira passa por um momento de valorização. E ganha papel político - os quilombolas perceberam que, por meio dela, ganham valor social. Nos grandes eventos, a exemplo da comemoração do Dia da Consciência Negra, confirma-se a multiplicação de grupos de capoeira, de dança e de concursos de beleza negra quilombola, como o que elegeu Ana Maria Leopodina de 17 anos em Alagoas. "O auto-reconhecimento das origens dos quilombolas favorece esse momento", avalia Maurício Reis, diretor de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro da Fundação Palmares, entrevistado em Alagoas.

As bandas de pífanos, de percussão e as danças, assim como a produção de artesanato, têm recebido um importante incentivo do governo federal - foram R\$ 4 milhões em 2008 para esta área. Uma iniciativa significativa para a valorização quilombola merece destaque: o Observatório Afro-Latino, página na internet lançada em novembro na Fliporto (feira internacional de livro de Porto de Galinhas), que servirá para pesquisas sobre a cultura dos afrodescendentes da América Latina (<http://afrolatinos.palmares.gov.br>). Mais dia menos dia a dança de dona Patrocínia e o esforço da Ong Malungos do Ilê e da bela dança afro que os meninos apresentam para manter viva a dança do seu povo, vão parar do outro lado do mundo.

Entrevista // Dom José Maria Pires, "dom Zumbi"

"Discriminados em tudo"

Dom José Maria Pires é um arcebispo diferente e seu apostolado em João

Pessoa (PB) está rodeado de simbolismo. Negro, dom José ficou conhecido como dom Pelé; depois ganhou o dom Zumbi como apelido. Ao lado de Dom Helder Câmara, lutou desde a década de 80 por uma igreja participativa, defendeu padres casados, índios e o respeito às raízes da cultura africana. Foi criticado dentro e fora da igreja por sua postura progressista. Nesta entrevista, dom Zumbi - aos 89 anos, sendo 50 como bispo da Igreja Católica - fala de negros, do Brasil preconceituoso e da exclusão dos quilombolas, causa encampada há mais de 20 anos. Hoje, dom Zumbi mora em Minas Gerais, sua terra natal, de onde falou com a reportagem do Diário.

O Sr. acha que no Brasil os negros são libertos?

Não no estilo que os livros dizem. Sempre os negros lutaram pela libertação. Na época da escravatura, um negro que conseguia libertar-se logo ia trabalhar para libertar o outro. Quando eram três ou quatro formavam o quilombo para conseguir os recursos para libertar outros negros. Quando veio a libertação de 1888 o número de negros escravos era realmente pequeno e os quilombolas perpassavam o Brasil inteiro. A história não conta isso porque essa é a história do pobre, do pequeno e os livros não registram essas coisas. O Brasil tem uma dívida grande para com os negros.

Na sua opinião, o que significa 120 anos da abolição da escravatura?

A abolição mesmo, digo o decreto da princesa Isabel, representou muito pouco para os negros. A libertação, ao invés de ajudar, em certo sentido atrapalhou. Só a libertação não representou para os negros uma libertação ou um favor.

Essa lacuna do decreto ainda repercute sobre os quilombolas?

Mais é claro. Em certo sentido, os negros só sobreviveram porque realmente foram muito fortes e unidos, mas eles tiveram péssimas condições em todo o tempo. Os portugueses misturavam todo mundo. Separavam filhos de pai, mãe e irmã, misturavam gente de todas as áreas. Os negros sobreviveram porque foram muito fortes.

A situação dos quilombolas é de uma exclusão social que parece mais gritante. O que é preciso para as pessoas serem incluídas?

Simplesmente, não discriminá-las como são discriminadas. O negro é discriminado em tudo. Não tem terras - as terras que ficaram para os quilombos são terras pequenas e pouco produtivas. Seria necessário mais uma integração social a partir do nascimento.

A quem caberia o primeiro passo? A uma esfera de governo ou da sociedade?

Tudo junto. Os negros têm mostrado que têm condições de dar uma contribuição à sociedade. O negro não é superior a ninguém, mas também não é inferior. É diferente. Isso não se respeitou no Brasil. O que quis se fazer foi um branqueamento. Que o negro fosse vivendo como branco. Então, na escola tem que estudar como branco, na sociedade tem que se comportar como branco, na igreja tem que rezar como branco. Isso quando ele tem toda uma cultura que é própria do negro. Mas se essa cultura não foi respeitada, hoje deveria se respeitar toda essa identidade do povo negro. Cabe ao governo, à sociedade. Mas, na medida que um desses setores por exemplo vão se abrindo, a sociedade vai sentindo a repercussão.

O Sr. luta pelo negro sobretudo a partir da década de 80. Houve avanços quanto o tratamento oferecido a negros e quilombolas?

Grandes, não. Substanciais tem havido. Por exemplo, na legislação, por não haver uma discriminação pelo fato de ser negro. Como nas igrejas... .Você vê que em algumas congregações, no próprio estatuto, tinham cláusulas que proibiam pessoas de cor. Eu tinha uma irmã que queria ser religiosa e ela tentou cinco congregações e nenhuma delas queria receber. Ao final, foi recebida nas missionárias Jesus Crucificado. A Igreja deu um passo porque antes não se recebia de forma nenhuma. Na sociedade, acontecia outra coisa: negro não podia freqüentar certas escolas.

O que o Sr. lamenta não ter conseguido em favor dos negros?

O que eu quero é continuar a lutar contra todo tipo de discriminação dentro da igreja, por uma igreja cada vez mais laical e menos clerical. Porque a igreja é povo de Deus. O evangelho de Jesus Cristo dá tantos sinais de que não faz distinção e a igreja faz.

Se o Sr. fosse presidente, o que faria para melhorar a vida dos negros e dos quilombolas?

Aquilo que esperávamos que Lula fizesse o que ele fez em grande parte. A situação do povo no Brasil melhorou, mas esperávamos um pouco mais. Eu disse para Frei Beto que eles deveriam seguir a teoria de Tancredo Neves. Quando ele foi eleito, perguntaram a ele: e a dívida? Ele respondeu: - 'Não se paga a dívida com a fome do povo. Honre as dívidas, mas primeiro vamos cuidar a fome do povo'. Então, o único ponto negativo do governo Lula é que o governo não deu condições, força e poder para o povo se organizar.

Orgulho de ser quilombola

O orgulho de ser quilombola é um fenômeno social novo no Brasil. Ele resplandesce nos depoimentos de dezenas de parentes de negros escravizados. Mas nenhum testemunho é igual ao de Fernanda Rodrigues, de 22 anos. A satisfação dela olha para frente e está desprovida de ressentimento; a convicção, tem potencial multiplicador. "Eu sou tão negra quanto Patrícia", afirma, categórica.

Põe, em seguida, as mãos apoiadas com delicadeza sobre o ombro da amiga - confidente de amores e de luta contra o preconceito e exclusão do seu povo. Fernanda fala de Ana Patrícia Coelho, quilombola de Cupira (Santa Maria da Boa Vista, PE). Uma, Fernanda, tem pele branca; a outra, Patrícia, negra. "Não interessa se sou mais clara. Não tenho dúvida da minha origem. Sou quilombola porque meus pais e seis dos meus sete irmãos são negros e porque nossos antepassados viveram aqui", afirma Fernanda, estudante de pedagogia. "O que define o quilombola não é a pele. É a identidade de alguém com as origens de um lugar", explica.

Determinada, espera quebrar tabus e confia na proximidade do dia no qual o passado sem direitos será visto à distância. "A gente precisa muito e luta por investimentos na educação e oportunidades, principalmente para os jovens", diz. Patrícia aguarda uma chance semelhante à da amiga de infância. Fernanda estuda na Faculdade de Formação de Professores de Petrolina (FFPP - UPE) com a ajuda de uma bolsa de estudos do Promera (Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária). "Na comunidade, a gente fica muito limitada. É difícil porque falta renda para as famílias bancarem os estudos e muitos jovens precisam ir trabalhar em Petrolina ou São Paulo, como eu já fui", conta Patrícia, que cursa magistério. "Só não é pior porque somos unidos e passamos a nos reconhecer pelo que somos e de onde viemos", conceitua Fernanda.

As jovens buscam a superação dos problemas sociais, mas reconhecem que é preciso vencer outro inimigo: o racismo, instalado desde o Brasil Colônia quando os negros representavam a inferioridade racial. "Primeiro, a gente tem de se libertar da gente mesmo. Abandonar essa idéia de que tudo que é ruim está em nós, negros", ensina Tereza de Jesus, 32 anos, de Horizonte (CE). Ela sabe bem do que fala. Quilombola, foi criada por uma família branca, estudava em escola particular com os três irmãos adotivos, mas "não podia tomar banho na piscina na bela casa onde morava". Confusa com a proibição, fugiu aos 10 anos para ser babá numa outra residência. Mais tarde, casou, foi morar em casa de taipa, sem televisão, energia. Nada. "Uma pessoa fez a diferença na minha vida. Foi meu padrinho, que um dia disse para mim: 'Não tenha vergonha da sua cor. Tenha força. Você vai ser grande'. Hoje eu sou grande".

Tereza se vê maior e, satisfeita, diz que as vizinhas também já têm histórias de superação. Dona Antônia RONALDA da Silva levou décadas para se dar conta do quanto era "grande". "Eu tinha seis anos. Quando chegava alguém lá em casa, me escondia atrás da parede da casa de sapé. Pensa que eu saía? Eu achava que minha cor ia pegar no povo", relata. "Pois, minha filha, hoje sou a

pessoa mais feliz da vida. Onde chego as pessoas fazem uma festa. Descobri que ter pele negra é até bom porque pode levar mais sol". Conta com satisfação sua história para qualquer pessoa que bata à sua porta.

Os jovens quilombolas, a exemplo de Fernanda e Patrícia, buscam caminhos para conseguir mais. Depositam esperança nos gestores públicos e na educação de qualidade para tirar os remanescentes de escravos da exclusão. Outros, como João Batista Martins (quilombola de Boa Vista dos Negros, em Parelhas - RN), apostam na abertura dos valores da sociedade e no reconhecimento do papel do negro para a história, cultura e formação do país. "Tenho certeza que a eleição de Barack Obama, nos Estados Unidos, será boa para todos nós, negros e também os quilombolas", acredita João, de 40 anos. Quem sabe uma onda de valorização do negro, como sugeriu dom José Maria Pires, reparará a dívida do Brasil com os quilombolas, lhes dará a vida digna e lhes libertará da pobreza da qual (ainda) são cativos.